

Revista Brasileira de Ciências Humanas

Data de aceite: 30/05/2025

AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: AS JUVENTUDES EM UM CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO

Mariah Lima Alcantara de Vasconcellos

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais (FFP -UERJ). Especialista em Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa: Portugal e África, do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense (UFF). <http://lattes.cnpq.br/0906443530714439>. <https://orcid.org/0009-0009-5481-9090>

Cintia Lopes de Melo Rodrigues

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais (FFP -UERJ). Especialista em Políticas Públicas pelo Instituto de Economia, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <http://lattes.cnpq.br/0440148840889509> <https://orcid.org/0009-0000-4959-0046>

Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



INTRODUÇÃO

A sociedade atual vem presenciando grandes transformações na forma de viver, justificadas, principalmente, pelo avanço tecnológico. A globalização produtiva assume o papel de conservar a lógica da ultraproductividade gerando um processo de destruição da sociedade, sobretudo, através da precarização e exclusão no mundo do trabalho. A forma como atua o neoliberalismo, voltado predominantemente para manter o objetivo da produção de mercadorias, vem crescentemente acarretando enormes taxas de desemprego e desenvolvendo cada vez mais trabalhos em situações precarizadas.

A medida em que o capitalismo se reorganiza, o trabalho assume diversas modificações e o conceito em sua dimensão ontológica - como aspecto essencial na construção do ser social, que oferece ao ser humano a capacidade de transformar, criar e recriar suas maneiras de existência - perdeu espaço para as “formas que assume o trabalho no capitalismo – trabalho sob forma de emprego ou trabalho assalariado” (Frigotto, 2005, p. 12). Como bem dito por Virgínia Fontes (p. 46, 2017), “torna-se sob o capitalismo apenas ‘produção de riqueza’ abstrata e forma de sujeição da grande maioria da população”. Na atualidade, por decorrência desta ordem social, o trabalho corresponde apenas à necessidade das pessoas em garantirem sua sobrevivência, se sujeitando a atividades instáveis e exploratórias, não agregadas ao valor educativo e transformador do trabalho.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do segundo trimestre de 2023, 8,6 milhões de pessoas são consideradas desocupadas. Dentre aqueles considerados ocupados, 39,2% das pessoas estão em situação de

informalidade, tendo um destaque para os jovens com idade entre 14 a 17 anos, que correspondiam a 76,9% em situação de trabalho informal.

Os dados revelados pelos indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para um cenário de incertezas da população do Brasil, em principal, a juventude, posto que a taxa de desemprego e subemprego gera consequências drásticas na qualidade de vida dos que experienciam esta condição de ser jovem¹ no país. O desemprego é uma grande ameaça para a população que busca formas de sobrevivência nesta conjuntura social, é a forma materializada do neoliberalismo que procura se preservar através da “permanência de expropriações, produzindo mais seres necessitados de vender força de trabalho em concorrência com os ‘empregados’ (Fontes, 2017). A não bastar a situação de precariedade e desumanização diante de uma cultura predatória do trabalho, esses indivíduos são culpabilizados pela falta de ‘qualificação profissional’”.

Nesta ordem social neoliberal, a oportunidade igual a todos é apenas uma alegoria retórica, já que não é isso que se verifica na materialidade cotidiana no Brasil e em diversas partes do globo terrestre. As pesquisas mostram que as chances de jovens de camadas mais empobrecidas alcançarem seus objetivos são limitadas, uma vez que a construção de um projeto de vida e sua efetiva realização está relacionada aos aspectos emocionais de ordem individual e ao contexto social, econômico e político. Em outras palavras, “está relacionado ao ‘campo de possibilidades’ que uma pessoa ou grupo dispõem para colocá-lo em prática”. (Weller, 2014, p.139).

1. A juventude não está restrita às vivências comuns de indivíduos que experienciam este estágio da vida, pois tais experiências são múltiplas e variáveis. Por esta perspectiva, para além do fator etário e das estruturas biológicas, as juventudes estão diretamente ligadas às interseções de classe, gênero e raça/cor. Essas mediações produzem experiências diferenciadas, que afetam todos os âmbitos do processo histórico-social, inclusive as relações com o trabalho.

Na ilusão pela busca por “liberdade”, elencados ao contexto de pobreza, marginalização e violência, geram conformidade, que objetiva manter a estratificação social. Essa forma de trabalho precarizado transforma esses sujeitos, que afetam a si e suas relações, são destruídos e destroçados pela ordem neoliberal, utilizados de forma descartável para manter a estrutura reprodutiva do capital (Antunes, 2000). Cabe ressaltar que a “liberdade” promovida neste atual contexto de trabalho neoliberal é irreal, já que o sujeito, nesta lógica de exploração, torna-se explorador de si mesmo. Nesta perspectiva, “cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma luta interior consigo mesmo” (Han, p. 14, 2018).

Tendo em vista todas as modificações no campo do trabalho ao longo da história e desdobramentos do capitalismo, a uberização é um dos mecanismos atuais que busca definir os processos de trabalhos individualizados e invisibilizados, favorecidos pelo alargamento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tornando a exploração cada vez mais dissimulada na medida em que se encontra maior dificuldade de mensuração das reais horas de trabalho que estes indivíduos se submetem ao utilizarem as plataformas digitais. A “indústria 4.0” intensifica a exploração por meio da automatização e robotização de intenso controle digital, que, por sua vez, é difundido, ilusoriamente, como liberdade em forma de “empreendedorismo”, trazendo como consequência a superexploração dos indivíduos que empregam boa parte do seu tempo exercendo atividades de trabalho nas plataformas como entregadores ou motoristas e nem sequer são remunerados adequadamente pelo trabalho que desempenham (Antunes, 2020).

O grande número de pessoas em trabalhos como este apresentado, reforça a crise do sistema capitalista que não garante o pleno emprego, e como justificativa do seu fracasso, introduz na população o discurso de romanização da sobrecarga, da desvalorização de direitos trabalhistas e o fomento da ideia de que todos possuem oportunidades iguais para alcançarem o “sucesso”, mesmo sabendo que o que sustenta a conservação da sua estrutura é a desigualdade social.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a forma como o trabalho vem se modificando a medida em que o capitalismo se transforma. Através da disseminação da valorização do empreendedorismo, do trabalho flexível e da autorresponsabilização do trabalhador, fica evidente a estratificação ainda mais descarada nessa sociedade que já é historicamente desigual. Criam-se novas formas de trabalho mais precarizadas onde as pessoas de classes mais populares, em especial os jovens, são diretamente afetados, uma vez que são os atingidos pelo desemprego e subemprego em maior intensidade.

A pesquisa, ainda em andamento, se fundamenta no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, apoiado no conceito de Trabalho como Princípio Educativo (Frigotto, 2005), Precarização e Uberização (Antunes, 2000).

Por fim, o artigo está estruturado em duas partes. A primeira apresenta a discussão sobre a relação entre trabalho e neoliberalismo e a segunda busca analisar os dados da pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) sobre o perfil de motoristas e entregadores de aplicativos no Brasil bem como os dados de indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O TRABALHO NA ORDEM NEOLIBERAL

Vivemos no Brasil uma democracia recente. Desde o fim da ditadura, há trinta e oito anos, foram nove presidentes da república, os quais são eleitos a cada quatro anos, em um regime de governo presidencialista. Tancredo Neves, que não chegou a governar, tendo falecido antes de sua posse, em 1985. José Sarney, seu vice-presidente, governou de 1985 a 1989, seguido por Fernando Collor, este, destituído da presidência por meio de impeachment em 1992, acusado de corrupção. Quem assumiu foi Itamar Franco, que governou o país até 1994, seguido de Fernando Henrique Cardoso, que permaneceu na presidência até 2002. Luís Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil, também respondeu pelo cargo de 2003 a 2010, seguido por Dilma Rousseff, esta deposta da presidência por meio de um golpe parlamentar em 2016, quando Michel Temer assume o Estado, seguido por Jair Bolsonaro, que (des)governa de 2018 até 2022.

Analizando esta curta linha do tempo, justificam-se particularidades e características da estrutura social brasileira, de um país colônia e escravocrata durante séculos, de vinte e um anos de regime ditatorial e um caminho histórico e temporal que nos trouxe até a atual democracia. Ainda que Fernando Collor tenha tido seu mandato interrompido, desde os anos 90 assistimos a hegemonia e a doutrina neoliberal espraiar-se em nossa sociedade. Fica evidente a imaturidade democrática do país, sobretudo em se tratando de sua governabilidade. No decorrer dos nove presidentes e doze mandatos, poucas foram as organizações políticas verdadeiramente democráticas e progressistas. Pelo contrário, as infiltrações neoliberais e a condição de país capitalista dependente colocam o povo a serviço do mercado, sem qualquer respaldo.

Neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de teorias sociais que fundamentam o chamado livre mercado. É reflexo ou é a própria materialização de uma crise estrutural do capitalismo e são destas crises que novas formas de trabalhar são praticadas, ou são aceitas de serem praticadas por uma fatia da classe trabalhadora. Como estamos tratando de formas mais precarizadas, menos seguras e estáveis, quem as pratica são aqueles em situação de maior vulnerabilidade. Soma-se a este fato o corpus ideológico do neoliberalismo que, ao pregar o individualismo, enfraquece cada indivíduo à sua própria sorte e tal sorte, para alguns, é a sobrevivência.

De acordo com Ricardo Antunes, importante influência teórica em se tratando de educação e trabalho, a reestruturação produtiva e o próprio neoliberalismo foram apresentados por um grupo de economistas liderados por Friedrich Hayek como soluções para superação da crise do capital da década de 1970. Em busca de atender as necessidades do mercado, a forma de produzir, ou seja, a forma de trabalhar foi se modificando em suas características “homogêneas e verticais”. “Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração (Antunes, 2009, p. 39)”. O chamado Taylorismo/Fordismo dava sinais de mudanças estruturais: “Paralelamente a perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho (Idem, 2009, p. 39)”.

Ditando essas mudanças, a “gerência científica” aos poucos esvaziou a ação do trabalhador, sobrando apenas a repetição mecânica. Na produção industrial, percebemos tais mudanças no surgimento do “operário-massa”,

um trabalhador capaz de executar tarefas simples em diversos segmentos da produção, sem imprimir nelas seu trabalho intelectual, este já prescrito e imposto à toda produção. Em um “compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado” (Antunes, 2009) um novo tipo de trabalho era executado e controlado e transformava profundamente as condições de vida da classe trabalhadora.

O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, dentre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar seu ciclo reprodutivo e ao mesmo tempo repor seu projeto de dominação societal abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que como vimos, questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social (Antunes, 2009, p. 40).

Este novo contexto é chamado de Toyotismo, que demanda um trabalhador “mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente” em uma estrutura mais “horizontalizada e integrada”. Em vistas de atender a essas mudanças muda-se também as exigências quanto à qualificação para o trabalho, tanto na esfera objetiva quanto na subjetiva. Como consequência direta, assistimos a uma “desregulamentação enorme dos direitos do trabalho” bem como um “aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora” e ainda a “precarização e terceirização da força humana que trabalha” (Antunes, 2009, p. 49). O Toyotismo foi capaz de aumentar a “produção sem aumentar o contingente de trabalhadores” uma vez que se produz em atendimento a uma demanda mais específica e menos geral e massificada, como observado no Taylorismo/Fordismo. A noção de trabalho em equipe, por mais que inicialmente remeta ao coletivo, desmembra a ação trabalhadora, descharacterizando-a num “processo produtivo fle-

xível” (Antunes, 2009, p. 56) que usa o menor tempo e o menor estoque possível. Surgem a “flexibilização”, a “terceirização”, a “subcontratação” e o “controle de qualidade total” formatando um processo produtivo muito mais racional e que demanda um “forte disciplinamento da força de trabalho” (idem, 2009, p. 57).

Com os adventos do Toyotismo a rentabilidade e a acumulação do capital foram retomadas do período de crise, a partir do agravamento da exploração da força de trabalho. “O toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais valia (idem, 2009, p. 58)”. Inaugura-se uma era onde “a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas.” (idem, 2009). Em uma realidade política de teto de gastos e aumento da concorrência global, perde-se base social e privatiza-se a política. Há assim um nivelamento por baixo da condição de vida das pessoas, refletida na oferta de postos de trabalho e na formação da classe trabalhadora. É ainda Ricardo Antunes que nos convida a com ele questionar: “O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza mais de 1 bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha (Antunes, 2009, p. 58)? Em um processo destrutivo, a “autorrealização expansiva do capital (Idem, 2009)” vem atingindo em cheio a classe trabalhadora, em especial os jovens em início de carreira. Vinte e cinco anos depois deste questionamento, o desemprego ainda é estrutural e a precarização é institucionalizada, isso significa dizer que as esferas econômica, social, política e ideológica do mercado de trabalho tem se modificado sobretudo recentemente, quando a pandemia Covid-19 fez com que as tecnologias da informação avançassem.

Ainda que mudanças recentes possam ser observadas, durante todo século XX a forma de produzir, consumir e de trabalhar da sociedade

se transformaram. “O modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos” em uma “tendência depreciativa e decrescente no valor de uso das mercadorias. (Idem, 2009)”. Sob os imperativos do capital o trabalho deixa de produzir bens socialmente úteis para produzir o valor de troca necessário para o enriquecimento do empresariado. Além disso, nega-se a centralidade do trabalho - colocando o capital em seu lugar.

Na dimensão econômica reduz-se os gastos públicos com as políticas sociais e alarga-se a privatização. Na dimensão ideológica observa-se o aumento de comportamentos e valores como o individualismo, a competição e a meritocracia. Um novo tipo de trabalhador colaborador, flexível e empreendedor é demandado. Eles devem ser polivalentes e conformados, devem saber trabalhar em equipe e ter “cultura de dono”, serem adaptáveis, resilientes e que ainda possam ser facilmente admitidos e demitidos.

UM PERFIL DOS MOTORISTAS E ENTREGADORES DE APLICATIVOS A PARTIR DA PESQUISA REALIZADA PELO CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP)

Uma pesquisa realizada em 2023 pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) “Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos” revela que em 2022 os motoristas e entregadores de aplicativos correspondiam a 1,7 milhão da população brasileira. Atuando como motoristas 1,3 milhão e, como entregadores, 380 mil. Destes trabalhadores, 39% possuíam idade entre 20 e 29 anos como entregadores, já como motoristas, este contingente representava 18%. 97% eram homens e a maioria deles se autodeclararam como pretos ou pardos

2. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/uber-sinonimo-da-nova-era-do-trabalho-completa-10-anos-no-brasil.shtml#:~:text=Hoje%20a%20empresa%20est%C3%A1%20presente,2022%20os%20mais%20recentes%20divulgados>

(60%). Tais informações evidenciam a crescente procura de jovens brasileiros por trabalhos em aplicativos, mesmo que estes ocorram em situações de extrema precarização.

O contexto torna-se mais preocupante quando é possível perceber que a escolarização é um dos principais fatores observados nos índices que levam a informalidade. O desemprego e a informalidade são fenômenos crescentes na conjuntura brasileira que atinge a população de camadas mais empobrecidas como um todo, no entanto, demonstram que os jovens vivenciam maior vulnerabilidade, uma vez que, privados do trabalho estão incapazes de desenvolverem experiências e garantirem seu sustento familiar, e ao não estudar, estão reduzindo suas possibilidades de inserção futura em melhores ocupações de trabalho devido à falta de qualificação (IBGE, 2023). Segundo o IBGE:

Os jovens, grupo de pessoas de 15 a 29 anos de idade de acordo com o Estatuto da Juventude, enfrentam maior dificuldade de ingresso e estabilidade no mercado de trabalho, tendo em vista sua inerente inexperiência laboral, representando o grupo mais vulnerável aos períodos de crise econômica, especialmente entre os menos qualificados. Em compensação, quando as condições no mercado de trabalho estão desfavoráveis, os jovens tendem a permanecer mais tempo no sistema de ensino, adquirindo qualificações, que contribuirão para reduzir essa vulnerabilidade no futuro. Isso ocorre quando o investimento público em educação torna atrativa a continuidade dos estudos a ponto de contrabalançar o aumento do desemprego, da inatividade e do desalento (IBGE, 2023, p. 38).

A precarização do trabalho destinado aos jovens é visível nas ruas das principais metrópoles do Brasil. Num único aplicativo, onde há cerca de 30 milhões de passageiros cadastrados² no Brasil, é possível solicitar uma corrida em uma moto, em um carro popular, em um

carro confortável, em um carro considerado *premium*, e ainda em um carro que comporta mais de 4 pessoas. Também é possível solicitar entregas de pacotes, por motos ou carros e ainda reservar uma viagem que transportará seu animal de estimação. Outra modalidade que impressiona é a opção *planet*, que são corridas que prometem preservar a natureza, compensando a emissão de carbono dos carros, e que tem, obviamente, as tarifas mais caras. Frente a esse cenário, percebemos que há oferta e demanda abundantes de serviços particulares de transportes em uma metrópole. Ou seja, tendo em vista a precarização do ensino, a mesma está em consonância com a precarização do mundo do trabalho. Ambas se alimentam e se justificam, e não é preciso refletir a fundo para perceber que a juventude está sendo irremediavelmente prejudicada por esse cenário. E o irremediável passa a ser o futuro, em uma sociedade que parece incapaz de frear os avanços neoliberais.

Convém destacar que esta conjuntura também foi intensificada por consequência da pandemia da COVID-19, que gerou grandes danos sociais e econômicos ao mundo inteiro e, no caso brasileiro, agravado pela negligência governamental. Esta atual crise também é um reflexo dos anos de mudanças radicais provocadas por políticas econômicas que tentam alcançar os parâmetros neoliberais a qualquer custo, resultando no desemprego estrutural e postos de trabalho em extrema precariedade (Antunes, 2000). Desta forma, as modificações causadas pela reorganização do capitalismo se materializam no aumento de desemprego, no maior número de pessoas sem carteira assinada, na terceirização e na adesão de trabalhadores ao modelo de trabalho uberizado, fenômeno que se alastrá cada vez mais no país.

No que se refere à raça predominante dos entregadores e motorista de aplicativos, é importante destacar a intersecção entre raça e classe como ponto crucial para análise das pesquisas sobre o campo do trabalho. Por este motivo, considera-se essencial compreender a concepção de raça vinculada ao processo histórico do capitalismo, reforçado junto ao processo de expansão da mercantilização. Como ressalta Silvio Almeida:

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a *unidad*e e a *multiplicidade da existência humana*. Se antes desse período ser *humano* relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (Almeida, 2019, p. 18).

Nesta perspectiva, raça está diretamente associada à classe, sendo elementos indissociáveis para a análise do processo histórico do trabalho no Brasil. Algo que está diretamente relacionado com a discriminação e a desigualdade racial ainda vigentes no tempo presente. Sendo assim, “a raça se relaciona fundamentalmente a um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 74).

De acordo com a publicação da Agência IBGE Notícias³, “Entre os jovens de 15 a 29 anos do país, 10,9 milhões não estudavam nem estavam ocupados em 2022, o equivalente a 22,3%, ou um em cada cinco integrantes deste grupo etário”, dentre estes jovens que não estudavam e nem trabalhavam, 4,7 milhões (43,3%) eram mulheres negras e 2,7 milhões (24,3%) eram homens negros. Para análise da condição de vida deste grupo que não estuda e não trabalha, o IBGE faz uma classificação entre aqueles que vivem em extrema pobreza e aqueles considerados pobres. Desta forma, dos 10,9 milhões que não estudavam e nem estavam ocupados, 14,8% foram classificados pelo IBGE na condição de extrema pobreza⁴ (deste contingente, 44,7% eram de mulheres negras e 33,3 de homens negros); já os classificados pobres correspondiam a 61,2% (47,8% mulheres negras e 26,6% homens negros) constatando assim que mais da metade do público de jovens que não trabalhavam e não estudavam correspondia aos jovens negros do país, por sua vez, estes também eram em maioria pobres ou extremamente pobres. O que não diverge do cenário no qual os negros estão inseridos no Brasil, tendo em vista que representam 70% da população pobre e extremamente pobre (IBGE, 2023).

No que se refere à raça predominante dos entregadores e motorista de aplicativos, como a pesquisa do CEBRAP aponta, salienta-se que este não se trata de um fenômeno atual no Brasil, pois que

A utilização de trabalhadores negros para o transporte de pessoas e o carregamento de mercadorias não é novidade no país. É conhecida a realidade dos escravos de ganho, nas cidades brasileiras no século XIX, em que a mão de obra das pessoas negras era empregada pelos seus proprietários em serviços urbanos. Ao trabalhador permitia-se apenas reter pequena quantia pelo serviço para custear futuramente sua alforria ou sua sobrevivência quando já libertos (Santos; Carelli, 2022, p. 5).

A relação entre as taxas de escolarização, pobreza e a inserção de pessoas negras brasileiras no trabalho de entrega e transporte por aplicativo evidenciam a perpetuação das consequências da escravidão no Brasil, não podendo descartar que o fenômeno atual é, também, processo de divisão social do trabalho a partir das consequências da escravidão de povos africanos na sociedade brasileira. Como afirma Neto (2005, p. 89), “o trabalho escravo introduziu e manteve, por longo tempo, as distorções de valor, de distribuição e organização da produção de existência”. Assim, é importante estar atento aos tipos de trabalhos vinculados às características de gênero, raça/cor e classe, pois, de certa forma, os “perfis ocupacionais” foram assumindo ao longo da história como uma estratégia para beneficiar um grupo da população em detrimento de outro, com garantia de privilégios e direitos de acordo com a ocupação exercida, “quanto mais socialmente desprotegida e mais mal remunerada, mais juvenil e negra é a ocupação de entregador” (Abílio, 2020, p. 581). Cabem aos pobres assumirem posições de trabalho que são “desprezadas” pela classe dominante,

3. Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022. Agência IBGE Notícias, Editoria: Estatísticas Sociais, 2023. Disponível em: <[4. Para esta pesquisa, o IBGE utiliza o nível internacional de mensuração, a partir de estudos realizados pelo Banco Mundial, classificando a pobreza a partir da utilização de dólares diários. Desse maneira, considera viver em extrema pobreza os domicílios com renda per capita abaixo de US\\$ 2,15 e pobres aqueles que vivem com menos US\\$ 6,85 por dia \(IBGE, 2023\).](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20jovens%20que,milh%C3%B5es%20(20%2C1%25).https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados>>. Acesso em: 25 de março de 2023.</p></div><div data-bbox=)

aquelas enxergadas como inferiorizadas. Assim, a hierarquização do trabalho é mantida ao longo da história e cada vez mais a classe trabalhadora vem perdendo seus direitos de mobilidade social.

CONCLUSÃO

Buscamos, tecendo essas provocações, convidar à reflexão crítica e comprometida sobre como o trabalho, sobretudo o voltado para as juventudes, passa atualmente por um importante processo de transformação onde a valorização do empreendedorismo é quem dita os critérios de sucesso ou fracasso, e não as circunstâncias sociais. Novas formas de trabalho que surgem são cada vez mais precarizadas, onde especialmente os jovens são diretamente afetados, uma vez que o cenário de desemprego e subemprego no país destrói definitivamente expectativas de futuro para esses sujeitos. Especialmente os jovens negros, que estão em maior percentual inseridos em trabalhos de entrega e transporte de aplicativos, vivenciando a informalidade. É fundamental que

a sociedade, sobretudo os mais privilegiados, reconheça a gravidade desse cenário e que haja intenção na forma de políticas públicas, e não de *startups*, em busca de soluções.

A flexibilidade do trabalho, reconhecidamente positiva para o funcionamento do sistema, é totalmente não aderente à realidade das juventudes brasileiras, assim como a propaganda autorresponsabilização do trabalhador. A lógica ditada pela ganância mercadológica e a falta de proteção social não podem continuar sendo normalizadas pela sociedade brasileira. Urge que políticas que garantam condições dignas de trabalho e oportunidades de crescimento para os jovens sejam implementadas sem que a lógica de mercado determine onde, quando e sob quais condições. Além disso, há de se defenderativamente os direitos trabalhistas e exigir mudanças estruturais nas estruturas sociais e econômicas, preferencialmente por meio de ações coletivas. Só assim é possível ventilar um futuro onde o trabalho destinado aos jovens seja digno, respeitado e valorizado.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L, C. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos*, CEBRAP - São Paulo, 2020. Disponível em: Acesso em: 08 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zwB63zdGw9nNzqPrS7wFsMN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 de maio de 2024.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Coimbra: CES/Almedina, 2013.
- ANTUNES, R. *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal*. Capítulo II. La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aires, CLACSO, Editora Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.
- ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. *Mobilidade urbana e logística de entregas [livro eletrônico]: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos* / [coordenação Victor Callil, Monise Fernandes Picanço]. -- 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2023. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Amobitec12mai2023.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.
- FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo* v.5, n.8, jan/jun 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

FRIGOTTO, G. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. A experiência do trabalho e a educação básica**, Rio de Janeiro, DP&A, 2005, 2 ed, p. 11-27.

GONZALEZ, L; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, Coleção 2 pontos, v.3, 1982.

HAN, B, C. **Psicopolítica: o Neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyine Editora, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em oito das 27 UFs no segundo trimestre de 2023**. Editora Estatísticas Sociais, 15 de agosto de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38408-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-tres-das-27-ufs-no-terceiro-trimestre-de-2023>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 53, 2023. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 53).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022**. Agência IBGE Notícias, Editoria: Estatísticas Sociais, 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022#:~:text=O%20n%C3%A9mero%20de%20jovens%20que,milh%C3%B5es%20\(20%2C1%25\).https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022#:~:text=O%20n%C3%A9mero%20de%20jovens%20que,milh%C3%B5es%20(20%2C1%25).https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados). Acesso em: 25 de março de 2023.

NETO, F, J. **A organização do trabalho em profissões: traços em nossa história. A experiência do trabalho e a educação básica**, Rio de Janeiro, DP&A, 2005, 2 ed, p. 11-27.

SANTOS, E, M.; CARELLI, R, de L. As plataformas digitais de transporte e o lugar do negro no mercado de trabalho: o racismo nas configurações institucionais do trabalho no Brasil do século XXI. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 5, p. 1-37, 2022. Disponível em: <<https://revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/126>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

WELLER, Vivian. **Jovens no Ensino Médio: Projeto de Vida e perspectiva de futuro**. (Org). Juventude e Ensino Médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 135-154. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Vivian-Weller/publication/277712007_Jovens_no_ensino_medio_projetos_de_vida_e_perspectivas_de_futuro/links/5570cf8108aedcd33b293065/Jovens-no-ensino-medio-projetos-de-vida-e-perspectivas-de-futuro.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2024.